

-----**ACTA N.º 18/2007**-----

-----Aos cinco dias do mês de Setembro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Administrativa Especialista. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** pretendeu saber quem executou a lomba existente na Variante, antes de chegar à rotunda da Central de Camionagem. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que quem executou aquela obra foi a empresa que efectuou a A25, mas com conhecimento da Câmara Municipal. Disse que, em sua opinião a lomba

existente não prejudica nem os carros, nem os peões e vai obrigar os condutores a reduzirem a velocidade quando entram na rotunda. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor **Vereador Rui Correia** disse que tem uma leitura diferente do Senhor Presidente, e que na sua opinião considera extremamente perigoso a existência da lombas naquele local, sugere que seja pintada de uma outra cor, para que se torne mais visível. Referiu que a sinalização é deficiente, uma vez que não existe nenhum sinal de aproximação de lombas no local.-----

-----Disse ainda, que na variante não há necessidade da existência de passadeiras, até porque, por enquanto não há ali peões, não encontrando justificação para a existência da lombas. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que deveria ser colocado o sinal de aproximação de lombas no local, porque dado o declive que ela tem, os carros poderão entrar com um pouco mais de velocidade e causar sobressaltos aos condutores.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a sinalização já se encontra pedida. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que na última reunião tinha sido debatido um assunto relacionado com o atraso de abertura da caça e o motivo que deu origem a esta situação. -----

-----Disse que o ofício que o Senhor Vereador António Silva endereçou ao ICN relativo à Zona de Caça Municipal, foi posteriormente enviado para conhecimento das Associações e Deputados da Assembleia Municipal e só a eles, Vereadores da oposição não foi dado conhecimento, opinando ter sido uma falta de respeito para com eles e alertou para que houvesse mais cuidado em situações futuras.-----

-----Disse ter ficado perplexo ao perceber, por outras pessoas, que tinham recebido o ofício e eles não. -----

-----Disse ainda, que se o conteúdo do ofício tivesse sido do seu conhecimento não teria colocado a questão na última reunião. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse ter havido uma falha de comunicação, pois, ao ser elaborado o documento ele teria dado ordens para que o mesmo fosse enviado para todos, supondo que tal tivesse acontecido. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse, uma vez que foram cumpridos os prazos, que o ofício foi enviado com antecedência, é notório que a razão está do lado da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que em todo o processo da caça houve um claro aproveitamento de um clube de pessoas sem personalidade e assumindo-se com cobardia. As pessoas que desejavam ser esclarecidas, vieram à Câmara, as outras que se deram ao trabalho de fazerem essas “peças teatrais”, não podem ficar impunes. Esse clube de pessoas tinha tudo bem planeado, com cartazes elaborados por uma empresa. -----

-----Disse que a Autarquia já pediu esclarecimentos ao Parque Natural Serra da Estrela sobre o sucedido. Referiu que os serviços do ICN não dizem quem recepcionou o ofício, mas o nome da pessoa tem que ser conhecido. Esta foi talvez a primeira Autarquia, a enviar o plano anual de exploração, sendo uma falta de respeito a maneira como aqueles serviços lidaram com esta Autarquia. -----

-----Referiu que as faixas tinham sido colocadas cerca das 3 horas da manhã e que alguém que não se quer identificar, viu. Disse que, passada uma semana as faixas foram novamente colocadas, sendo este um plano político bem arquitectado. -----

-----Sobre o assunto atrás exposto, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que este ano o Plano Anual de Exploração (PAE), deu entrada no ICN mais cedo que nos anos anteriores. Ligou por diversas vezes a fim de obter uma resposta, mas tal não aconteceu. -----

-----Relativamente a um assunto focado na reunião anterior, sobre a aprovação do projecto de arquitectura, de uma moradia unifamiliar e arrumos agrícolas do Senhor Júlio da Silva Santos, o Senhor Presidente da Câmara disse que, da sua parte, nunca existe má vontade no indeferimento dos processos. Disse que tem de haver transparência na aprovação dos projectos. -----

-----Disse que inicialmente deu entrada na Autarquia o projecto com parecer positivo do PNSE, mas teve a preocupação de pedir um parecer jurídico à CCDR, que apontava para o indeferimento. -----

-----Ainda sobre outro assunto referido na reunião anterior, relativamente a um projecto com parecer favorável e com entrada a partir da Variante, esclareceu que existia uma informação prévia aprovada, do mandato anterior, mas que ainda se encontra por despachar. -----

#### -----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO,**-----

-----**Requerente: Herdeiros de Maria Augusta Afonso;**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES;** -----

-----**INSPECÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA;** -----

-----**AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MIRADOURO VIRTUAL E LIVRO MÁGICO;** -----

-----**ABERTURA DO PROCEDIMENTO: CONCURSO PÚBLICO.** -----

-----**I – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E SETE**-----

-----Foi presente a acta número dezassete, da reunião ordinária de vinte e dois de Agosto de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções.**-----

-----**Abstiveram-se o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro e o Senhor Vereador António Graça Silva, por não terem estado presentes na referida reunião.**-----

-----**II – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE LOMBAS NO PAVIMENTO**-----

-----**Requerente: Hélder Trindade**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 403/2007, datada de vinte e três de Agosto de dois mil e sete, referindo que analisado o assunto e após deslocação ao local, informa-se que tendo em consideração que no local não existem passeios e nem espaço físico para os fazer, e verificando-se que os habitantes saem directamente de casa para o arruamento, parece que a colocação de três lombas (3 de elevação dos paralelos existentes e 1 lomba de borracha) seria o sistema aconselhado para a redução de velocidade no local.-----

-----No que respeita à solicitação do requerente, proibir “o trânsito a pesados uma vez que há alternativas quer pelo lado de Cortiçô, quer pelo lado de Juncais”, o mesmo não é viável, pois não há qualquer inconveniente na circulação desse trânsito dado que a velocidade recomendada para o local é de 50km/h, tal como descreve o código de estrada.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de lombas redutoras de velocidade, devendo as mesmas ser realizadas/colocadas pelos serviços externos desta autarquia, bem como a colocação de três sinais A2a (lomba) devidamente registados e cadastrados. -----

-----O Senhor Vereador Hélder Bruno fez uma chamada de atenção para as lombas de borracha, que têm dado problemas noutros concelhos, uma vez que facilmente podem ser retiradas, por actos de vandalismo. -----

-----**ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE PAINEL ADICIONAL, MODELO 10a – CASAS DO SOEIRO** -----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 404/2007, datada de vinte e três de Agosto de dois mil e sete, referindo que após a colocação de alguma sinalização de trânsito, no sentido da proibição do trânsito a automóveis de mercadorias de peso total superior a 5,5 toneladas (C3d), aprovada em Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, na Urbanização da Celurba (Rua Joaquim da Silva Pereira), foi esta autarquia alertada oralmente, pelo dono da Carpintaria Bernardo, para o facto de não se ter tido em conta uma entrada existente para a referida unidade industrial na dita Rua. -----

-----O dono da referida carpintaria alega a necessidade de alguns “TIR’s” só conseguirem entrar e descarregar na fábrica por aquela entrada, não o conseguindo pela entrada localizada na Rua Chafariz do Aléu (antiga E.N. 16), pelo que invoca que a Câmara Municipal coloque a sinalização adequada para que continue a ser feito o descarregamento de material sem qualquer prejuízo para a firma. -----

-----Assim, pelo atrás exposto e após deslocação ao local, informa-se da possibilidade de colocação de um painel adicional modelo 10a, com os dizeres “EXCEPTO CARGAS E DESCARGAS”. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção e um voto contra, aprovar a colocação de um painel adicional modelo 10a, com os dizeres “EXCEPTO CARGAS E DESCARGAS”, devendo o mesmo ser devidamente registado e cadastrado. -----

-----Abstive-se o Senhor Vereador Hélder Bruno da Fonseca Gomes.

-----Votou contra o Senhor Vereador Rui Jorge Pinto Correia. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Rui Correia disse que votou contra, por achar que a passagem por aquele local vai ser generalizada. -----

### -----III – MUSP – MOVIMENTO UTENTES SERVIÇOS PÚBLICOS -----

#### -----ASSUNTO: ACÇÕES PARA DEFESA DO SNS -----

-----Foi presente ofício datado de vinte e três de Agosto do corrente ano, em nome da MUSP – Movimento Utentes Serviços Públicos, referindo que insensível às muitas acções de protesto realizadas por todo o país, promovidas por autarquias, Comissões de Utentes e outras organizações e às propostas, opiniões e sugestões feitas e emitidas por estas mesmas organizações e por muitos profissionais do sector da saúde, o Governo teima em prosseguir com uma política que, no fundamental prejudica Utentes e trabalhadores da saúde, degradando a qualidade dos serviços, encarecendo os seus custos, pondo em causa o próprio funcionamento do SNS.- -----

-----Desagrados e preocupados com a evolução de todas estas situações, decidiram um conjunto de estruturas, Movimento de Utentes dos Serviços Públicos – MUSP, União dos Sindicatos de Lisboa, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Médicos da Zona Sul e Comissões de Utentes, avançar para a organização de um conjunto de acções de protesto e reivindicação, para procederem à entrega da carta aberta com a participação de estruturas que a subscrevam. -----

-----Considerando a gravidade que todas estas situações representam para a grande maioria dos portugueses e por isso mesmo a necessidade de serem tomadas as medidas que consideram como as mais adequadas e capazes de fazer com que o Governo repense a sua política para a área da saúde, tendo em conta os direitos dos utentes e respectivos trabalhadores, permitindo-se as estruturas referidas apelar à subscrição da carta aberta por parte dessa Autarquia. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**IV – DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS PARTICULARES** -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: João Ribeiro** -----

-----Foi presente requerimento n.º 852, datado de vinte e dois de Agosto de dois mil e sete, em nome de João Ribeiro, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito no Lugar do Bacelo, Aldeia Rica, freguesia de Açores, inscritos sob o artigo matricial número quatrocentos e quarenta e quatro, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo poderá ter sido executado antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto nas certidões de teor emitidas pelo Serviço de Finanças de Celorico da Beira, descrevem que a edificação foi inscrita na matriz em mil novecentos e oitenta e três, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de mil novecentos e oitenta e um. -----



-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere poderá ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: Herdeiros de Maria Augusta Afonso**-----

-----Foi presente requerimento n.º 896, datado de trinta e um de Agosto de dois mil e sete, em nome de Herdeiros de Maria Augusta Afonso, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua Direita, freguesia de Maçal do Chão, inscrito sob o artigo matricial número trezentos e sessenta e quatro, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitidas pelo Serviço de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em dois mil e sete, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de mil novecentos e oitenta e um. --- -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que os requerentes se referem foi construído antes de mil

**novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição dos requerentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número dez, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo I)**.-----

-----**INSPECÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dado conhecimento do Relatório do IGAT, relativamente à Inspecção Ordinária do Município de Celorico da Beira.-----

-----**AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MIRADOURO VIRTUAL E LIVRO MÁGICO**-----

-----**ABERTURA DO PROCEDIMENTO: CONCURSO PÚBLICO**-----

-----Foi presente informação da Divisão de Planeamento e Urbanismo, Secção de Obras Municipais, datada de trinta e um de Agosto de dois mil e sete, propondo para o efeito que o Executivo tome conhecimento:-----

-----Um: Sobre o tipo de procedimento, que nos termos do n.º 1 do artigo 78º do Decreto – Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, a escolha do tipo de procedimento deve fazer-se, atendendo ao valor estimado do contrato, sendo o tipo de procedimento previsto no n.º 1 do artigo 80º do referido Decreto – Lei para o caso em questão o Concurso Público.-----

-----Dois: Sobre a aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos e abertura do respectivo concurso.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----  
-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezassete horas e dez minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei.-----  
-----  
-----